

PROJETO DE LEI Nº , DE 2008
(Do Sr. RODOVALHO)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de
publicação das demonstrações financeiras
para as sociedades de grande porte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que estendeu às sociedades de grande porte a obrigatoriedade de adotarem as disposições da legislação das sociedades por ações no que concerne à escrituração, elaboração de demonstrações financeiras e auditoria independente, sem fazer referência à publicação das referidas demonstrações.

Art. 2º O art. 3º, *caput*, da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração, elaboração e publicação de demonstrações financeiras, e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

...”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Reconhecendo a importância crescente – e sua influência nos mercados – das chamadas *sociedades de grande porte*, assim consideradas as com ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 – que alterou a legislação das sociedades por ações e do mercado de capitais -, introduziu a obrigatoriedade de que aquelas sociedades obedecessem às normas sobre escrituração, elaboração das demonstrações financeiras e auditoria independente aplicáveis às sociedades por ações.

Inexplicavelmente, omitiu-se a obrigatoriedade de *publicação* das demonstrações, sujeitas até à auditoria independente por auditor registrado na CVM.

Como bem sabemos, dados a estrutura predominantemente familiar da maioria de nossas grandes empresas, mesmo quando constituídas e em funcionamento como sociedades anônimas, a resistência cultural, histórica à maior evidenciação das informações, os riscos representados pela falta, insuficiência ou disfunção dessas informações – bem evidentes no cenário da atual crise financeira internacional -, não é aceitável que grandes empresas, que grandes grupos, às vezes até controladores das próprias sociedades por ações, permaneçam à margem das exigências básicas de transparência necessárias ao estabelecimento de um mínimo de simetria nas informações disponibilizadas para os agentes econômicos.

De notar que, já em 1999, o PLS nº 680 visava obrigar à publicação das demonstrações das sociedades por quotas de responsabilidade limitada. E, este ano ainda, o PL nº 3.614 estabelecia tal exigência para as empresas públicas. Nenhum dos projetos chegou a ser votado nas Comissões desta Casa.

Nas circunstâncias atuais, contudo, é bem evidente que não basta acompanhar a situação e o desempenho das sociedades formalmente constituídas por ações, mas também de outras que, pelo seu porte, pelas suas relações, pela sua influência, tenham uma participação relevante nos seus respectivos setores e na economia nacional ou regional,

razões pelas quais espero o decidido apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de outubro de 2008.

Deputado RODOVALHO